



A filiação partidária no Conselho do Orçamento Participativo de Porto Alegre: elementos para um balanço dos trinta anos de criação do OP.

Autor: Leonardo de Alexandria Machado¹

Orientador: Luciano Joel Fedozzi²

¹Grupo de Estudos Direito à Cidade, Observatório das Metrópoles – Núcleo Porto Alegre (ILEA/UFRGS). Programa Institucional de Iniciação Científica/CNPq. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); ²Professor e pesquisador associado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integra o corpo de docentes do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na linha de pesquisa Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas. Coordena o Grupo de Pesquisa Democracia Participativa, Esfera Pública e Cidades (CNPq) Membro pesquisador do INCT/CNPq Observatório das Metrópoles.

Introdução

A pesquisa visa traçar o perfil e destacar a importância que assumiu a filiação partidária dos conselheiros que compuseram, ao longo de toda a trajetória do OP, o Conselho do Orçamento Participativo de Porto Alegre (doravante COP). A pesquisa faz parte do balanço dos trinta anos da criação do Orçamento Participativo de Porto Alegre (doravante OP) que está sendo realizada por vários pesquisadores, bem como da pesquisa anterior apresentada no Salão de Iniciação Científica da UFRGS em 2018. Parte-se da hipótese de que a diminuição da taxa de renovação dos conselheiros do COP, verificada em pesquisa anterior, provavelmente esteja relacionada também a maior vinculação partidária dos componentes desta instância comparativamente ao período governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Além disso, caso esse aumento da vinculação partidária esteja relacionado com os partidos que passaram a governar a capital a partir da alternância de poder político ocorrido em 2004 – quando o PT perdeu as eleições após 16 anos de administração consecutiva –, isso pode representar certa instrumentalização partidária do OP. O achado, caso corroborado, seria mais um indicador do processo de desdemocratização que vem caracterizando o OP.

Objetivos

O objetivo principal do trabalho é verificar a sensibilidade do COP às mudanças na gestão municipal em se tratando de seu perfil de filiação partidária. A hipótese geral é que o OP vem sofrendo um processo de deterioração de sua dinâmica original. Utiliza-se como ideia-chave para analisar a trajetória do OP os conceitos trazidos a luz por Charles Tilly (2007), sobre os processos de *democratização* e *desdemocratização* dos regimes políticos. Neste caso estes conceitos são adaptados a uma micro-instituição, como é o caso do OP de Porto Alegre.

Metodologias

A metodologia quantitativa foi desenvolvida pela criação de um banco de dados no programa Excel contendo os 2028 nomes de conselheiros de toda a história do OP. Os nomes foram extraídos dos Planos de Investimentos dos anos de 1991 a 2016. Esse levantamento realizado foi usado como base de dados para comparação com outra base de dados criada também em planilhas do Excel, contendo os filiados dos cinco maiores partidos no município de Porto Alegre¹. Para o estudo da filiação partidária dos conselheiros foi utilizado o recorte temporal do primeiro ano de cada nova gestão após as eleições municipais em Porto Alegre, desde a eleição de 1992, ou seja, o primeiro ano em que se verificou a filiação partidária dos conselheiros foi o ano de 1993, seguido pelos anos de 1997, 2001, 2005, 2009 e 2013.

Para ver os cinco maiores partidos políticos do Rio Grande do Sul consultou-se dados do TRE (2012).

Referências

- [1] PIRES, R. R. C.; VAZ, A. C. N. Participação faz diferença? Uma avaliação das características e efeitos da institucionalização da participação nos municípios brasileiros. In: AVRITZER, L. (Org.). A dinâmica da participação local no Brasil. São Paulo: Cortez, São Paulo, p. 253-304, 2010.
- [2] LAVALLE, A. G.; ISUNZA VERA, E. Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática. [s.l.: s.n.].
- [3] SINGER, P. O planejamento como estratégia de mudança, 1989.
- [4] FEDOZZI, L. Porto Alegre: Participación contra-hegemónica, efecto- demostración y desconstrucción del modelo. IN: CARRION, M. Fernando; PONCE, S. Paúl. (coord.). El giro a la izquierda: los gobiernos locales de América Latina, Quito, p. 179-212, 2015.
- [5] TILLY, C. Democracy, Cambridge, Cambridge University Press, p. 13-22 2007.

Resultados e Discussão

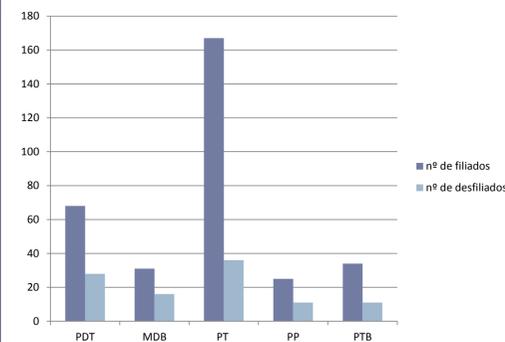


Gráfico 1 – número histórico de conselheiros do COP filiados e que fizeram desfiliação aos cinco maiores partidos do RS (1989 – 2019)

Fonte: Planos de Investimentos do OP (1991-2016) e TRE-RS (2019).

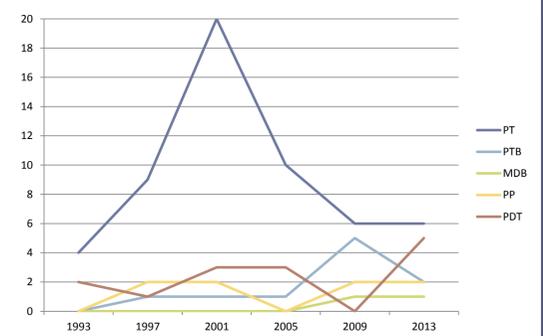


Gráfico 2 – número de conselheiros filiados que compuseram o COP no ano após as eleições municipais.

Fonte: Planos de Investimentos e TRE-RS (2019).

Os dados indicam que houve queda no número de novos filiados participantes do COP ao partido proponente do OP (Partido dos Trabalhadores), principalmente após a alternância de poder político na gestão municipal (2005), quando o PT perdeu as eleições. Concomitantemente, observa-se um aumento progressivo no número de novos conselheiros filiados a outros partidos que eram oposição e que passaram a governar (MDB, PDT, PTB).

A longa jornada do Orçamento Participativo de Porto Alegre (doravante OP) foi acompanhada por diversas produções acadêmicas que se interessaram em estudar o que ficou conhecido pela literatura acadêmica como uma das Novas Instituições Participativas (IP)¹. As novas IP se configuram como uma das “criações institucionais que vão além das formas de participação cidadã direta, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular (previstas constitucionalmente), onde se articulam modalidades contínuas – não extraordinárias – de incidência social sobre o poder público e seu aparato administrativo, incluindo o próprio sistema político”.²

O presente estudo partiu da hipótese de que a verificação sobre o perfil de filiação partidária dos conselheiros do COP do OP de Porto Alegre, ao longo de sua história de 30 anos, é um importante indicador sobre o grau de institucionalização e, portanto, de democratização em sua dinâmica de funcionamento. Os dados demonstram que o partido onde mais ocorreu perda de filiados, ao longo da trajetória do OP, é exatamente o partido criador dessa IP, o PT, com quase o mesmo número de filiados (37) no primeiro ano aferido (1993, um ano após a eleição municipal de 1992 que deu a segunda eleição do PT para a prefeitura de Porto Alegre). No total, o PT obteve 38 desfiliações de conselheiros, em segundo lugar observa-se o PDT com 28 conselheiros desfiliação dos 68 filiados na série histórica. (Gráfico 1). Ao mesmo tempo observa-se crescimento tímido de conselheiros filiados aos principais partidos que passaram a governar a cidade a partir de 2005 (PDT, MDB e PTB), acompanhado da diminuição expressiva de filiações petistas na composição do COP nos anos aferidos. (Gráfico 2)

Conclusões

Os resultados indicam a grande sensibilidade do OP à influência política do(s) partido(s) que governam. O OP apresenta uma baixa institucionalização, que, nesse caso, significa a possibilidade de partidização de sua dinâmica e de sua instância maior, que é o COP. Em caso de maior institucionalização o seu funcionamento seria mais uniforme em termos de influência partidária nas diferentes administrações políticas. Em vista dos dados achados e considerando-se a diminuição da taxa de renovação do COP verificada em pesquisa anterior (2018) é possível dizer que a mudança da filiação partidária dos conselheiros do COP pode ser um indicador que aponta para uma tendência de

Apoio